

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 339/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
339/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	RENATA VALVERDE DE ARAUJO	10/02/2026 16:39 (v 0.14)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00059.000651/2025-91

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação é o registro de preços para eventual aquisição de persianas, cortinas, controles remotos, motores, serviços de instalação/substituição, remoção, limpeza, manutenção e reinstalação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	1	Fornecimento e instalação de persianas verticais, giratórias e retráteis, com lâminas de 90 mm de largura em tecido com proteção blackout. Retirada de persiana existente, se necessário. Especificação: Fornecimento e instalação de persiana vertical, giratória e retrátil, com lâminas de 90mm, sobreposição mínima das lâminas de 12 mm, altura e largura variáveis conforme local de instalação. Tecido com proteção blackout composto, no mínimo, por 75 % de poliéster, cores a definir. Lâminas comandadas por corrente de aço inox e cordões de polipropileno de alta resistência, que possibilitem a rotação de 180° e recolhimento para os lados (unilateral ou bilateral, conforme o caso).	478987	M²	500	200,50	100.250,00
	2	Fornecimento e instalação de persiana rolo (rolô) em tela screen micro perfurada de acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Retirada de persiana existente, se necessário. Especificação: Persiana tipo rolo, com acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Confeccionada em tela screen micro perfurada de composição de 80% PVC + 20% fibra de vidro, peso médio por m²: 350 a 500 gramas, espessuras: 0,35 a 0,50 mm; translucidez de visão interna /externa: 85% em média, resistência aos raios UV: 6 - 7	466989	M²	700	211,50	148.050,00

1

	Grados Xenotest (100%), retenção de calor 70 a 95%, abertura de tramas: aproximadamente 5%; estabilidade dimensional: menor que 0,5%; tubo de recolhimento de 43 mm; controle de recolhimento através de corrente metálica, em latão níquel bola nº 10, com mola redutora de peso, suavizando a subida e descida da persiana, na cor creme, branca ou a definir.					
3	Fornecimento e instalação de persiana rolo (rolô) blackout com acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Retirada de persiana existente, se necessário. Especificação: Persiana tipo rolo com tecido blackout composto com 75% de PVC e 25% de fibra de vidro, tubo de recolhimento de 43 mm, de acionamento manual (ou passível de receber motor tubular 43mm); controle de recolhimento através de corrente metálica em latão níquel bola nº 10, com mola redutora de peso suavizando a subida e descida da persiana, na cor creme, branca ou a definir.	472830	M²	700	214,45	150.115,00
4	Fornecimento e instalação de motor Elétrico Tubular Monofásico Assíncrono 43mm, 50/60Hz, 6Nm para persiana tipo rolo. Retirada do existente, se necessário. Especificação: Motor Tubular 43mm, torque 6Nm, ~115W, 0,485 A, ø 35, 230V. Dimensão 35 x 70cm, ~28rpm, tempo térmico de 4 minutos, fator de proteção IP44; emissão de ruído menor que 50 db. Ref. Centerlux ou equivalente. Conector de junção entre persianas rolo em pvc. Acionamento por botoeira ou por controle remoto. Controle remoto universal 12 canais com suporte acoplável a ser aparafusamento em parede ou colado com fita dupla face.	610404	UN	45	1.190,00	53.550,00
5	Controle remoto universal avulso para persiana motorizada. Especificação: Controle remoto universal para persiana motorizada com até 12 canais, com suporte acoplável a ser aparafusado na parede ou colado com fita dupla face. Referência: Centerlux ou equivalente.	609774	UN	25	424,17	10.604,25
6	Fornecimento e instalação de cortina de linho. Retirada de cortina existente, se necessário. Especificação: Tecido de linho sintético, cor Off White, pregas macho de aproximadamente de 15 cm de largura, instalada em trilho suíço. Altura e largura variáveis, conforme local de instalação. Correntes com puxadores para abrir a cortina, quando solicitado.	610448	M²	800	100,00	80.000,00
7	Fornecimento e instalação de cortina blackout. Retirada de cortina existente, se necessário. Especificação: Tecido 100% poliéster, dupla face, cor Off White, franzida, instalada em trilho suíço. Altura e largura variáveis, conforme local de instalação. Correntes com puxadores para abrir a cortina, quando solicitado.	610451	M²	800	109,25	87.400,00

8	Fornecimento e instalação de trilho suíço triplo. Retirada de trilho existente, se necessário. Especificação: Alumínio anodizado alongado, 7 cm de largura, 5 cm de altura com 4 corredores.	288335	M²	400	54,50	21.800,00
9	Remoção, limpeza, manutenção e reinstalação de persianas verticais do tipo descrito no item 1.	9954	M²	500	63,33	31.665,00
10	Remoção, limpeza, manutenção e reinstalação de persianas rolo do tipo descrito nos itens 2 e 3.	9954	M²	700	65,00	45.500,00
11	Remoção, limpeza e reinstalação de cortina de linho do tipo descrito no item 6.	9954	M²	400	65,00	26.000,00
12	Remoção, limpeza e reinstalação de cortina blackout do tipo descrito no item 7.	9954	M²	400	65,00	26.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 780.934,25	

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas. Para efeito de lances e elaboração de propostas as empresas participantes deverão considerar as especificações dos materiais constantes no quadro descritivo dos itens licitados no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do item 4.1 do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5.O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, na forma do art. 22 do Decreto 11.462/2023.

1.6. Havendo prorrogação do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com o Art. 22 do Decreto 11.462/2023, será admitida a renovação dos exatos quantitativos estabelecidos pela Ata de Registro de Preços, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da nota de empenho.

1.8. A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, tendo em vista tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, na forma do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá aceitar/retirar a Nota de Empenho, instrumento equivalente ao contrato.

1.10. Considerando a necessidade de padronizar os materiais e serviços fornecidos, houve o agrupamento dos itens 1 a 12 (GRUPO 1), conforme detalhamento no item 9.1 do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos itens 2 e 7 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2.11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os produtos deverão ser embalados e transportados de forma adequada de acordo com suas especificidades, a fim de que não viole sua integridade.

4.2. A Contratada, deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN 01, de 19 de janeiro de 2010, a saber:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Plano de Logística Sustentável

4.3. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República procura garantir o alinhamento das aquisições de bens e contratações de serviços ao planejamento estratégico integrado da Presidência da República, bem como aos demais instrumentos de governança existentes.

4.4. O PDLS apresenta os eixos temáticos que considera objetivos e ações referentes a critérios e práticas de sustentabilidade nas compras da Presidência da República a serem implementados durante todo o ciclo da contratação, são os seguintes que se adequam à demanda de itens para manutenção e conservação do patrimônio natural:

4.4.1. No Plano de Metas e Ações contempla:

a) Orientar a equipe de planejamento visando alinhar e inserir na contratação de bens e serviços obrigações referentes a melhores práticas da gestão de resíduos conforme a Meta prevista no Eixo 1 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS.

b) Aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade e formalização dos critérios de padronização com vista na inserção, quando couber, dos critérios de sustentabilidade conforme as ações do Eixo 3 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS alinhado com a legislação vigente e o Caderno de Logística Sustentável do MGI.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.5.1. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.5.1.1 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s) e modelo(s) para os itens 4 e 5, apresentadas no item 1.1 do Termo de Referência, como referência para melhor compreensão da descrição do objeto a ser licitado e em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com padrões já adotados pelo órgão (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)..

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

Da exigência da amostra

4.6. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.6.1. Será exigida amostra dos seguintes itens:

Item 1 - persiana vertical;

Item 2 - persiana rolo tela;

Item 3 - persiana rolo blackout;

Item 4 - motor elétrico;

Item 5 - controle remoto;

Item 6 - cortina de linho;

Item 7 - cortina blackout;

Item 8 - trilho suíço.

4.7. A amostra poderá ser entregue no endereço Almojarifado Central, Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP: 70150-900, em Brasília - DF, em horário das 08h às 17h30, telefone (61) 3411-2633 ou 3411-2635, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação do órgão, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.8. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

Item 1: lâminas de 90mm, sobreposição mínima das lâminas de 12 mm, altura e largura variáveis conforme local de instalação. Tecido com proteção blackout composto, no mínimo, por 75 % de poliéster, diversas cores. Lâminas comandadas por corrente de aço inox e cordões de polipropileno de alta resistência, que possibilitem a rotação de 180° e recolhimento para os lados (unilateral ou bilateral, conforme o caso).

Item 2: Confeccionada em tela screen micro perfurada de composição de 80% PVC + 20% fibra de vidro, peso médio por m²: 350 a 500gramas, espessuras: 0,35 a 0,50 mm; translucidez de visão interna/externa: 85% em média, resistência aos raios UV: 6 - 7 Grados Xenotest(100%), retenção de calor 70 a 95%, abertura de tramas: aproximadamente 5%; estabilidade dimensional: menor que 0,5%; tubo de recolhimento de 43 mm; controle de recolhimento através de corrente metálica, em latão níquel bola nº 10, com mola redutora de peso, suavizando a subida e descida da persiana, na cor creme, branca ou outras cores.

Item 3: tecido blackout composto com 75% de PVC e 25% de fibra de vidro, tubo de recolhimento de 43 mm, de acionamento manual(ou passível de receber motor tubular 43mm). Controle de recolhimento através de corrente metálica em latão níquel bola nº 10, com mola redutora de peso suavizando a subida e descida da persiana, na cor creme, branca ou outras cores.

Item 4: Motor Tubular 43mm, torque 6Nm, ~115W, 0,485 A, ø 35, 230V. Dimensão 35 x 70cm, ~28rpm, tempo térmico de 4 minutos, fator de proteção IP44; emissão de ruído menor que 50 db. Conector de junção entre persianas rolo em pvc.

Item 5: Controle remoto universal para persiana motorizada com até 12 canais.

Item 6: Tecido de linho sintético, cor Off White, pregas macho de aproximadamente de 15 cm de largura. Correntes com puxadores para abrir acortina.

Item 7: Tecido 100% poliéster, dupla face, cor Off White, franzida.

Item 8: Alumínio anodizado alongado, com 4 corredores.

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.15. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.16. A critério da Administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade fornecida.

Subcontratação

4.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes no item 4.12 do Estudo Técnico Preliminar.

Adesão à Ata de Registro de Preços

4.19. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa constantes no item 4.18 do Estudo Técnico Preliminar.

Intenção de Registro de Preços

4.20. Não será deferida a intenção de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no item 4 do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A Contratada deverá manter escritório físico com endereço no Distrito Federal durante a execução do contrato, com o fim de viabilizar as visitas de levantamento e as instalações nos dias e horários definidos pela Contratada, conforme descrito abaixo:

5.1.1. Após solicitação de serviço via correio eletrônico emitida pela Contratante, a empresa Contratada terá 2 (dois) dias úteis para se apresentar e agendar visita aos locais de instalação.

5.1.1.1. Os locais de visitação para levantamento e posterior instalação dos materiais fazem parte do complexo da Presidência da República. São eles:

a) Palácio do Planalto e anexos - Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF;

b) Complexos da N2 Norte - Almoxarifado Central, Depósito Central, Centro de Capacitação e Desenvolvimento, Coordenação de Documentação, Coordenação de Serviços Gerais, Coordenação de Subsistência, Coordenação-Geral de Transportes, Coordenação-Geral de Engenharia, Coordenação-Geral de Gestão Patrimonial;

c) Palácio da Alvorada - Zona Cívico Administrativa - Brasília - DF;

d) Palácio do Jaburu - Lago Paranoá, Brasília - DF;

e) Residência Oficial da Granja do Torto - Granja do Torto - Brasília - DF;

f) Pavilhão das Metas, Via N1 - Leste - s/nº Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa, Brasília - DF.

5.2. O fornecimento e instalação do objeto deste instrumento abrangerá o perímetro do Distrito Federal. Em caso de nova localização ou criação de novas unidades da Presidência da República, a empresa contratada será notificada pelo Gestor responsável;

5.3. As visitas acontecerão na companhia de um dos fiscais do contrato ou seu representante. Na ocasião, a empresa contratada deverá levantar as informações necessárias para a confecção do objeto, no que tange às dimensões, especificações e material, bem como a necessidade de retirar cortina, persiana ou motor existente;

5.4. Munida das informações necessárias, a empresa contratada terá até 10 (dez) dias corridos para confeccionar e instalar a cortina/ persiana.

5.5. O dia e horário das instalações serão programados por fiscal do contrato e informados à empresa contratada com, no mínimo, 48h de antecedência. As execuções dos serviços poderão ser agendadas tanto para horário comercial, quanto fora do horário comercial, incluindo finais de semana e feriados, conforme conveniência das repartições públicas e das residências oficiais.

5.6. Todos os equipamentos, andaimes, máquinas, ferramentas, insumos e materiais necessários para a instalação serão de responsabilidade da empresa contratada.

5.7. O(a) profissional instalador(a) deverá estar devidamente uniformizado(a) e portando os equipamentos de proteção individual necessários ao tipo de serviço;

5.8. Em caso de necessidade da retirada de persiana, cortina ou motor pré-existent, a empresa contratada deverá transportá-los ao depósito da Presidência da República, localizado no Complexo da N2.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.10. A licitante vencedora deverá solucionar possíveis problemas relativos aos bens cobertos pela garantia, sendo que todo e qualquer ônus para a sua solução correrão às expensas da Contratada, como transporte para retirada e devolução do produto, troca de peças, entre outros.

Condições de Execução dos serviços de instalação/substituição, remoção, limpeza, manutenção e reinstalação

5.11. A execução do serviço seguirá a seguinte dinâmica:

5.11.1. Início da execução do objeto: A prestação dos serviços de instalação/substituição, remoção, limpeza, manutenção e reinstalação serão realizados de acordo com os procedimentos operacionais a serem adotados pelas partes, constantes na Nota de Empenho da futura contratação.

5.12. Para a perfeita execução dos serviços de instalação/substituição, remoção, limpeza, manutenção e reinstalação, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, peças e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades julgadas necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato decorrente do registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da ata de registro de preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato decorrente do registro de preços, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços acompanhará a execução do contrato decorrente do registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato decorrente do registro de preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços anotar no histórico de gerenciamento do contrato decorrente do registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato decorrente do registro de preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);[A1]

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato decorrente do registro de preços, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços informará ao gestor do contrato decorrente do registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato decorrente do registro de preços nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato decorrente do registro de preços. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços comunicará ao gestor do contrato decorrente do registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato decorrente do registro de preços sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato decorrente do registro de preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.10. Cabe ao gestor do contrato decorrente do registro de preços:

6.10.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato decorrente do registro de preços, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato decorrente do registro de preços para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato decorrente do registro de preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato decorrente do registro de preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato decorrente do registro de preços.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 20% a 30% do valor do Contrato.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” de, de 15% a 20% do valor do Contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b”, a multa será de 10% a 15% do valor da Contratação;

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para infração descrita na alínea “d”, a multa será de 5% a 10% do valor da Contratação;

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 0,5% a 5% do valor da Contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.4. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.5. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

7.6. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração Contratante, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.25.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado de 31/10/2025.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do grupo único.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, sem quantitativo predefinido, será entregue em função do consumo e da demanda.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa à tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22 Não será exigida, nos termos do inciso III do caput do artigo 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Qualificação Técnica

9.23. Não será exigida, nos termos do inciso III do caput do artigo 70 da Lei 14.133, de 2021, tendo em vista se tratar de aquisição de características elementares, a qual não se acolhe outras exigências.

Disposições gerais sobre Habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável é de R\$ 780.934,25 (setecentos e oitenta mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos), apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na Unidade Gestora Secretaria de Administração, número de UG 110001 – SA/PR.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do instrumento equivalente ao contrato - Nota de Empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I - MODELO AGU

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. A Nota de Empenho substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.10.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021

3.10.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, quando for o caso ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.3. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.4. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.5. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.6. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.7. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº/20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local - UF, de de 20..... .

(Nome e Cargo do Representante)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATA VALVERDE DE ARAUJO

Agente de compras



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 16:49:25.

HELAINÉ COUTINHO CARDOSO

Integrante da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 16:39:16.

ALEXANDRE CESAR AVELINO FEITOSA

Integrante da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 06/02/2026 às 15:58:00.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 169/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.000651/2025-91

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição ocorrerá devido a uma grande área com vidro nas fachadas dos edifícios do Complexo da Presidência da República e será realizada na modalidade de registro de preços para eventual fornecimento dos itens. Assim, faz-se necessária a contratação de empresa para o fornecimento, instalação e/ou substituição de persianas verticais e horizontais, cortinas (sob medida) e motor, elemento que muito contribui no controle de incidência dos raios solares nos ambientes internos, além de proporcionar conforto e segurança aos ocupantes das salas das Unidades Administrativas, também protege o mobiliário de desgaste e de descoloração causado pelos efeitos dos raios solares, bem como proporcionam uma maior eficiência quanto ao consumo de energia elétrica, ajudando a manter os ambientes numa temperatura agradável, a fim de atender demanda da Coordenação-Geral de Engenharia - COENGE prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2025 e formalizada via Documento de Formalização da Demanda nº 1/2025 /COPAE/COGPEN/DIENP/SA/SE/CC/PR (SEI 7020991).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COENGE	Coordenação-Geral de Engenharia

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Gerais:

4.1. A contratação dos materiais se enquadra na categoria de bens comuns. As suas características possuem padrões de desempenho e qualidade normalmente encontradas no mercado, conforme pode ser observado nas pesquisas de preço, onde foram localizados tanto no painel de preços quanto em sítios eletrônicos, além de fornecedores especializados, podendo assim ser objetivamente definidas por Edital.

4.2. Por tratar-se de aquisições frequentes, conforme demandas dos usuários e pela impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato de material a instalar/substituir, remover, realizar a limpeza, manutenção e reinstalação e, ainda, em respeito ao Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, esta Administração adota o Sistema de Registro de Preços - SRP - devido à natureza dos materiais a serem adquiridos, que impede a definição exata dos quantitativos a serem consumidos, bem como da necessidade de aquisição dos materiais conforme demanda, ou seja, com previsão de entregas parceladas, em consonância com os Incisos I, II e V do At. 3º do referido Decreto, conforme abaixo:

I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.3. Ainda, não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, em razão da falta de capacidade logística e de recursos humanos para o posterior gerenciamento no órgão:

Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

Requisitos específicos:

4.4. A Contratada deverá manter escritório físico com endereço no Distrito Federal durante a execução do contrato, com o fim de viabilizar as visitas de levantamento e as instalações nos dias e horários definidos pela Contratada, conforme descrito abaixo:

4.4.1 Após solicitação de serviço via correio eletrônico emitida pela Contratante, a empresa contratada terá 2 (dois) dias úteis para se apresentar e agendar visita aos locais de instalação.

4.4.1.1 Os locais de visitação para levantamento e posterior instalação dos materiais fazem parte do complexo da Presidência da República são:

- a) Palácio do Planalto e anexos - Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF;
- b) Complexos da N2 Norte - Almoxarifado Central, Depósito Central, Centro de Capacitação e Desenvolvimento, Coordenação de Documentação, Coordenação de Serviços Gerais, Coordenação de Subsistência, Coordenação-Geral de Transportes, Coordenação-Geral de Engenharia, Coordenação-Geral de Gestão Patrimonial;
- c) Palácio da Alvorada - Zona Cívico Administrativa - Brasília - DF;
- d) Palácio do Jaburu - Lago Paranoá - Brasília - DF;
- e) Residência Oficial da Granja do Torto - Granja do Torto - Brasília - DF;
- f) Pavilhão das Metas, Via N1 - Leste - s/nº - Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa - Brasília - DF.

4.4.1.2 O fornecimento e instalação, substituição, remoção, limpeza, manutenção e reinstalação do objeto deste instrumento abrangerá o perímetro do Distrito Federal. Em caso de nova localização ou criação de novas unidades da Presidência da República, a empresa contratada será notificada pelo gestor responsável.

4.4.2 As visitas acontecerão na companhia de um dos fiscais do contrato ou seu representante. Na ocasião, a empresa contratada deverá levantar as informações necessárias para a confecção do objeto, no que tange às dimensões, especificações e material, bem como a necessidade de retirar cortina, persiana ou motor existente.

4.4.3 Munida das informações necessárias, a empresa contratada terá até 10 (dez) dias corridos para confeccionar a cortina/ persiana.

4.4.4 O dia e horário das instalações serão programados por fiscal do contrato e informados à empresa contratada com, no mínimo, 48h de antecedência. As execuções dos serviços poderão ser agendadas tanto para horário comercial, quanto fora do horário comercial, incluindo finais de semana e feriados, conforme conveniência das repartições públicas e das residências oficiais.

4.4.5 Todos os equipamentos, andaimes, máquinas, ferramentas, insumos e materiais necessários para a instalação serão de responsabilidade da empresa contratada.

4.4.5.1 O(a) profissional instalador(a) deverá estar devidamente uniformizado(a) e portando os equipamentos de proteção individual necessários ao tipo de serviço;

4.4.6 Em caso de necessidade da retirada de persiana, cortina ou motor pré-existent, a empresa contratada deverá transportá-los ao depósito da Presidência da República, localizado no Complexo da N2.

4.5. Após instalação, a equipe de fiscalização de contrato enviará notificação com correções necessárias ou assinará o Termo de recebimento provisório até 10 (dez) dias úteis.

4.6. Os bens poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.9. A garantia dos materiais fornecidos deve seguir as determinações da legislação vigente (Código de Defesa do Consumidor). Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo de 12 (doze) meses.

4.10. A licitante vencedora deverá solucionar possíveis problemas relativos aos bens cobertos pela garantia, sendo que todo e qualquer ônus para a sua solução correrão às expensas da Contratada, como transporte para retirada e devolução do produto, troca de peças, entre outros.

4.11. Os serviços serão executados nas dependências da Contratante, dentro dos padrões e exigências definidos, podendo ser rejeitados no todo ou em parte, devendo a Contratada, em prazo estabelecido, refazer, corrigir ou substituir às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

4.12. A prestação dos serviços será de acordo com os procedimentos operacionais a serem adotados pelas partes, constantes no contrato de prestação de serviços da futura contratação;

4.13. Deverá ser apresentadas as especificações Técnicas com a descrição dos materiais a serem utilizados, bem como sua equivalência técnica, devendo ser empregados materiais novos e de primeira linha, e demais normas e critérios de sustentabilidade definidos por legislação própria;

Indicação de marcas ou modelos

4.14. Os modelos ou marca de referência corresponde àqueles indicados nos documentos encaminhados pela área demandante no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 7020991) para os itens 4 e 5. Justifica-se a menção às marcas mencionada devido à qualidade e a fim de padronização dos materiais utilizados.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, na seguinte hipótese:

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

Garantia da Contratação

4.15 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da lei nº 14.133/21, pela razão abaixo justificada:

4.15.1. trata-se de fornecimento em remessa única.

Requisitos de sustentabilidade:

4.16. A Contratada, deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN 01, de 19 de janeiro de 2010, a saber:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

*IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).*

Plano de Logística Sustentável

4.17. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República procura garantir o alinhamento das aquisições de bens e contratações de serviços ao planejamento estratégico integrada da Presidência da República, bem como aos demais instrumentos de governança existentes.

4.18. O PDLS apresenta os eixos temáticos que considera objetivos e ações referentes a critérios e práticas de sustentabilidade nas compras da Presidência da República a serem implementados durante todo o ciclo da contratação, são os seguintes que se adequam à demanda de itens para manutenção e conservação do patrimônio natural:

4.18.1. No Plano de Metas e Ações contempla:

a) Orientar a equipe de planejamento visando alinhar e inserir na contratação de bens e serviços obrigações referentes a melhores práticas da gestão de resíduos conforme a Meta prevista no Eixo 1 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS.

b) Aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade e formalização dos critérios de padronização com vista na inserção, quando couber, dos critérios de sustentabilidade conforme as ações do Eixo 3 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS alinhado com a legislação vigente e o Caderno de Logística Sustentável do MGI.

Impossibilidade de Adesão posterior à Ata de Registro de Preços

4.19. Considerando o disposto no inc. XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação de Materiais não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11462, de 31 de março de 2023.

Impossibilidade de Intenção de Registro de Preços

4.20. Não será deferida a intenção de registro de preços por parte deste órgão, uma vez que o processo de aquisição de materiais não contemplados pelo Almoarifado Virtual Nacional foi planejado com base em necessidades predefinidas e urgentes do órgão gerenciador, visando atender à demandas específicas de forma célere e eficiente. A anuência à intenção de registro de preços por outros órgãos implicaria em novos trâmites administrativos, como a verificação das necessidades de cada um deles e a adequação de suas solicitações, o que atrasaria significativamente o presente processo de contratação e, consequentemente, o atendimento das demandas do órgão gerenciador. Tal situação contraria a necessidade de uma contratação ágil e que atenda, sem delongas, aos objetivos do órgão responsável.

4.21. Outrossim, o deferimento à intenção de registro de preços por outras instituições pode implicar em um aumento da complexidade na gestão do contrato, com a necessidade de gerenciar diferentes demandas, prazos e condições específicas para cada órgão aderente, o que poderia impactar negativamente o processo de aquisição em razão da limitação na capacidade de gerenciamento.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram realizadas consultas, no que tange às contratações para o objeto em tela, promovidas no âmbito de outros órgãos da Administração Pública Federal visando verificar a existência de soluções compatíveis/similares a fim de dar subsídios ao atendimento das necessidades apresentadas no presente estudo.

5.2. Ainda, na realização da pesquisa, em contratações similares feitas por outros órgãos, não foi identificado a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam à necessidade da administração.

5.3. Em análise à demanda verificou-se que a solução para atendimento da demanda, uma vez que não há disponibilidade no órgão, será a aquisição dos bens podendo ser licitada por meio da modalidade Pregão no Sistema de Registro de Preços, na sua forma eletrônica.

5.4. A escolha pelo procedimento do Sistema de Registro de Preços-SRP considerou as vantagens conferidas à administração pública quanto a possibilidade de atender sua demanda em acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, o que, indubitavelmente, tem potência para melhorar o planejamento administrativo e otimizar o uso dos recursos públicos disponíveis.

Modalidade de processo licitatório a ser adotado

5.5. Definido acima como melhor solução para necessidade descrita a aquisição de todos os itens almejados pela Coordenação - Geral de Engenharia, é oportuno se avaliar como se dará o processo licitatório em questão frente ao que ocorre nos demais órgãos públicos.

5.6. A primeira opção seria a adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) vigente e com demonstrada vantagem para a Administração, por meio de pesquisa de preço.

5.7. Foi realizada consulta no sistema de compras (painel de preços). A referida pesquisa identificou que não existe Ata de Registro de Preços para os itens almejados conforme o descritivo dos bens.

5.8. A segunda opção para atendimento da necessidade seria através da busca de alguma Intenção de Registro de Preço (IRP) aberta no Sistema SIASGnet (sistema de compras do governo), de forma que a Secretaria Administrativa da Presidência da República pudesse através da citada ferramenta, analisar se algum outro órgão da esfera do Poder Executivo Federal, estaria realizando aquisição desse mesmo objeto. Nessa situação, economizar-se-ia parte da fase interna já supostamente já teria sido realizada pelo outro órgão gerenciador como, por exemplo, pesquisa de preço, estudo técnico preliminar, termo de referência e dentre outros documentos. Ocorre que não foram verificadas intenções de registro de preços que dispusessem dos itens almejado sem questão que pudessem atender a demanda da Presidência da República em tempo hábil frente a necessidade.

5.9. A terceira e última opção se constitui na realização de processo licitatório próprio, em que não haja a utilização do procedimento auxiliar do registro de preços, para a aquisição dos itens almejados pelo Almoarifado Central da Presidência da República, este é mais custoso e também demanda um tempo maior de instrução processual, sendo menos célere e mais dispendioso frente as duas opções anteriores.

5.10. Considerando o disposto tanto no art. 75, caput, inciso II c/c art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o disposto no Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, não é possível realizar a presente aquisição pela modalidade de dispensa, uma vez que o valor máximo de aquisições em que é possível a dispensa é de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

5.11. Dessa forma, diante do exposto e pela impossibilidade das opções acima indicadas, restou como melhor opção de contratação a elaboração de processo licitatório na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), a exemplo do que ocorreu em anos anteriores

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O presente estudo tem como objeto a aquisição, sob demanda, de persianas manuais ou motorizadas, cortinas novas, motores, trilhos sob medida, incluindo todas as ações, serviços, materiais e acessórios necessários à sua instalação, bem como incluindo a retirada das persianas e cortinas antigas, limpeza, manutenção, reinstalação e assistência técnica, durante o período de garantia.

- 6.2. O fornecimento dos materiais e serviços descritos no objeto visa atender as demandas por instalação de cortinas/persianas em locais ainda sem cortinas/persianas, por automatização de persianas manuais e para substituição de motor/ cortina/ persiana danificados e impassíveis de serem reparados. Além de atender demandas como limpeza, manutenção e reinstalação de cortinas, persianas e seus respectivos acessórios.
- 6.3 O fornecimento de controle remoto universal visa atender às solicitações existentes de substituição de controles estragados ou perdidos. Para esta contratação exige-se que os controles remotos sejam fornecidos com console acoplável a ser aparafusado em alvenaria ou divisória, com o fim de que os controles tenham local fixo, visível e acessível, evitando-se assim novas perdas.
- 6.4. As descrições dos materiais atendem às demandas existentes e estão de acordo com as especificações técnicas constantes no Catálogo de Material – CATMAT, bem como, com o setor produtivo e o mercado nacional.
- 6.5. As quantidades foram definidas segundo o histórico de consumo existente e critérios logísticos e administrativos com previsão de atendimento para 12 (doze) meses.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. Os quantitativos apresentados neste instrumento levaram em consideração os quantitativos existentes já instalados e no histórico das necessidades apresentadas pelo órgão.
- 7.2. Para os quantitativos das persianas, cortinas, trilhos suíços, dos motores foi considerado o uso de 48% do contrato, iniciou-se tratativas junto à empresa CW para a prorrogação da vigência da ata por mais um ano (até outubro de 2026), conforme previsão legal do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3. Com base em levantamento realizado pela área de esquadrias, e após validação das consultas recentes, consolidamos as metragens conforme tabela anexa, com os seguintes totais: - Granja do Torto: 275,98 m²; - Palácio da Alvorada: 1.684,24 m²; - Palácio do Planalto: 3.358,32 m²; - Anexos do Palácio do Planalto: 7.081,96 m². Na atual ata (nº 108 de 2024) constam os seguintes quantitativos: - 840 m² de persianas rolô; - 1.000 m² de persianas verticais; - 800 m² de cortinas de linho; - 800 m² de cortinas blackout; - além de outros itens, como trilhos, controles, motores, entre outros.
- 7.4. Esses quantitativos foram definidos à época considerando as condições das cortinas e persianas existentes, eventuais substituições e a depreciação natural dos materiais. Ainda que representem quantitativo superior ao registrado na Ata de 2023 (o dobro), a demanda evidenciou a necessidade de aperfeiçoamento dos parâmetros, o que poderá ser realizado em nova ata.
- 7.5. Para o quantitativo de controle remoto universal foram levantadas as solicitações a este item no intervalo de 12 meses;
- 7.6 Para o quantitativo de serviços como instalação, remoção, limpeza, manutenção e reinstalação levou-se em consideração ao total solicitado na Ata de 2024.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Fornecimento e instalação de persianas verticais, giratórias e retráteis, com lâminas de 90 mm de largura em tecido com proteção blackout. Retirada de persiana existente, se necessário. Especificação: Fornecimento e instalação de persiana vertical, giratória e retrátil, com lâminas de 90mm, sobreposição mínima das lâminas de 12 mm, altura e largura variáveis conforme local de instalação. Tecido com proteção blackout composto, no mínimo, por 75 % de poliéster, cores a definir. Lâminas comandadas por corrente de aço inox e cordões de polipropileno de alta resistência, que possibilitem a rotação de 180º e recolhimento para os lados (unilateral ou bilateral, conforme o caso).	478987	M²	500
2	Fornecimento e instalação de persiana rolo (rolô) em tela screen micro perfurada de acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Retirada de persiana existente, se necessário. Especificação: Persiana tipo rolo, com acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Confeccionada em tela screen micro perfurada de composição de 80% PVC + 20% fibra de vidro, peso médio por m²: 350 a 500 gramas, espessuras: 0,35 a 0,50 mm; translucidez de visão interna/externa: 85% em média, resistência aos raios UV: 6 - 7 Grados Xenotest (100%), retenção de calor 70 a 95%, abertura de tramas: aproximadamente 5%; estabilidade dimensional: menor que 0,5%; tubo de recolhimento de 43 mm; controle de recolhimento através de corrente metálica, em latão níquel bola nº 10, com mola redutora de peso, suavizando a subida e descida da persiana, na cor creme, branca ou a definir.	466989	M²	700

3	Fornecimento e instalação de persiana rolo (rolô) blackout com acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Retirada de persiana existente, se necessário. Especificação: Persiana tipo rolo com tecido blackout composto com 75% de PVC e 25% de fibra de vidro, tubo de recolhimento de 43 mm, de acionamento manual (ou passível de receber motor tubular 43mm); controle de recolhimento através de corrente metálica em latão níquel bola nº 10, com mola redutora de peso suavizando a subida e descida da persiana, na cor creme, branca ou a definir.	472830	M²	700
4	Fornecimento e instalação de motor Elétrico Tubular Monofásico Assíncrono 43mm, 50/60Hz, 6Nm para persiana tipo rolo. Retirada do existente, se necessário. Especificação: Motor Tubular 43mm, torque 6Nm, ~115W, 0,485 A, ø 35, 230V. Dimensão 35 x 70cm, ~28rpm, tempo térmico de 4 minutos, fator de proteção IP44; emissão de ruído menor que 50 db. Ref. Centerlux ou equivalente. Conector de junção entre persianas rolo em pvc. Acionamento por botoeira ou por controle remoto. Controle remoto universal 12 canais com suporte acoplável a ser aparafusamento em parede ou colado com fita dupla face.	610404	UN	45
5	Controle remoto universal avulso para persiana motorizada. Especificação: Controle remoto universal para persiana motorizada com até 12 canais, com suporte acoplável a ser aparafusado na parede ou colado com fita dupla face. Referência: Centerlux ou equivalente.	609774	UN	25
6	Fornecimento e instalação de cortina de linho. Retirada de cortina existente, se necessário. Especificação: Tecido de linho sintético, cor Off White, pregas macho de aproximadamente de 15 cm de largura, instalada em trilho suíço. Altura e largura variáveis, conforme local de instalação. Correntes com puxadores para abrir a cortina, quando solicitado.	610448	M²	800
7	Fornecimento e instalação de cortina blackout. Retirada de cortina existente, se necessário. Especificação: Tecido 100% poliéster, dupla face, cor Off White, franzida, instalada em trilho suíço. Altura e largura variáveis, conforme local de instalação. Correntes com puxadores para abrir a cortina, quando solicitado.	610451	M²	800
8	Fornecimento e instalação de trilho suíço triplo. Retirada de trilho existente, se necessário. Especificação: Alumínio anodizado alongado, 7 cm de largura, 5 cm de altura com 4 corredores.	288335	M²	400
9	Remoção, limpeza, manutenção e reinstalação de persianas verticais do tipo descrito no item 1.	9954	M²	500
10	Remoção, limpeza, manutenção e reinstalação de persianas rolo do tipo descrito nos itens 2 e 3.	9954	M²	700
11	Remoção, limpeza e reinstalação de cortina de linho do tipo descrito no item 6.	9954	M²	400
12	Remoção, limpeza e reinstalação de cortina blackout do tipo descrito no item 7.	9954	M²	800

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 780.934,25

8.1. Buscou-se a realização da pesquisa de preços a partir dos parâmetros previstos nos incisos I e II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021. Contudo, não se obteve amostras válidas de contratações públicas para embasamento da composição dos valores dos itens, sobretudo considerando as especificidades da demanda. Assim, optou-se pela pesquisa utilizando o parâmetro estabelecido nos incisos I, III, IV do art. 5º da referida norma, ou seja, pesquisa direta com 12 (doze) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação por e-mail (SEI 7090439). As empresas foram selecionadas a partir de levantamento realizado em busca na internet a partir de referência de licitações realizadas por outros órgãos e entidades. Obtivemos o retorno de 4 (quatro) fornecedores consultados (SEI 7090444, 7090453, 7090456 e 7138133), tendo todos apresentado propostas válidas. O levantamento foi consolidado na Planilha de Preços (SEI 7090457), sendo a pesquisa amplamente idônea com base nos valores mercadológicos, propiciando a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente, possibilitando a aferição do valor referencial dos itens que servirão como parâmetro na análise da exequibilidade e aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, norteador o valor máximo aceitável. Ainda, foram desconsideradas as contratações feitas pela Administração Pública e já concluídas em um prazo superior a 1 (um) ano à

data da pesquisa de preços, bem como foram desconsideradas pesquisas com valores inexequíveis ou excessivamente elevados. Também em atendimento à referida Instrução Normativa, registra-se que as metodologias adotadas para obter o preço de referência foram a média e a mediana, considerando o menor valor entre elas, uma vez que proporcionou para cada item uma visão mais próxima dos preços atualmente praticados no mercado fornecedor.

8.2. Os valores estimados para fins de análise preliminar da viabilidade da aquisição são:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	<p>Fornecimento e instalação de persianas verticais, giratórias e retráteis, com lâminas de 90 mm de largura em tecido com proteção blackout. Retirada de persiana existente, se necessário.</p> <p>Especificação: Fornecimento e instalação de persiana vertical, giratória e retrátil, com lâminas de 90mm, sobreposição mínima das lâminas de 12 mm, altura e largura variáveis conforme local de instalação. Tecido com proteção blackout composto, no mínimo, por 75 % de poliéster, cores a definir. Lâminas comandadas por corrente de aço inox e cordões de polipropileno de alta resistência, que possibilitem a rotação de 180° e recolhimento para os lados (unilateral ou bilateral, conforme o caso).</p>	478987	M²	500	200,50	100.250,00
	2	<p>Fornecimento e instalação de persiana rolo (rolô) em tela screen micro perfurada de acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Retirada de persiana existente, se necessário.</p> <p>Especificação: Persiana tipo rolo, com acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Confeccionada em tela screen micro perfurada de composição de 80% PVC + 20% fibra de vidro, peso médio por m²: 350 a 500 gramas, espessuras: 0,35 a 0,50 mm; translucidez de visão interna /externa: 85% em média, resistência aos raios UV: 6 - 7 Grados Xenotest (100%), retenção de calor 70 a 95%, abertura de tramas: aproximadamente 5%; estabilidade dimensional: menor que 0,5%; tubo de recolhimento de 43 mm; controle de recolhimento através de corrente metálica, em latão níquel bola nº 10, com mola redutora de peso, suavizando a subida e descida da persiana, na cor creme, branca ou a definir.</p>	466989	M²	700	211,50	148.050,00
	3	<p>Fornecimento e instalação de persiana rolo (rolô) blackout com acionamento manual e passível de receber motor tubular 43mm. Retirada de persiana existente, se necessário.</p> <p>Especificação: Persiana tipo rolo com tecido blackout composto com 75% de PVC e 25% de fibra de vidro, tubo de recolhimento de 43 mm, de acionamento manual (ou passível de receber motor tubular 43mm); controle de recolhimento através de corrente metálica em latão níquel bola nº 10, com mola redutora de peso suavizando a subida e descida da persiana, na cor creme, branca ou a definir.</p>	472830	M²	700	214,45	150.115,00
		<p>Fornecimento e instalação de motor Elétrico Tubular Monofásico Assíncrono 43mm, 50/60Hz, 6Nm para persiana tipo rolo. Retirada do existente, se necessário.</p>					

4	Especificação: Motor Tubular 43mm, torque 6Nm, ~115W, 0,485 A, ø 35, 230V. Dimensão 35 x 70cm, ~28rpm, tempo térmico de 4 minutos, fator de proteção IP44; emissão de ruído menor que 50 db. Ref. Centerlux ou equivalente. Conector de junção entre persianas rolo em pvc. Acionamento por botoeira ou por controle remoto. Controle remoto universal 12 canais com suporte acoplável a ser aparafusamento em parede ou colado com fita dupla face.	610404	UN	45	1.190,00	53.550,00
5	Controle remoto universal avulso para persiana motorizada. Especificação: Controle remoto universal para persiana motorizada com até 12 canais, com suporte acoplável a ser aparafusado na parede ou colado com fita dupla face. Referência: Centerlux ou equivalente.	609774	UN	25	424,17	10.604,25
6	Fornecimento e instalação de cortina de linho. Retirada de cortina existente, se necessário. Especificação: Tecido de linho sintético, cor Off White, pregas macho de aproximadamente de 15 cm de largura, instalada em trilho suíço. Altura e largura variáveis, conforme local de instalação. Correntes com puxadores para abrir a cortina, quando solicitado.	610448	M²	800	100,00	80.000,00
7	Fornecimento e instalação de cortina blackout. Retirada de cortina existente, se necessário. Especificação: Tecido 100% poliéster, dupla face, cor Off White, franzida, instalada em trilho suíço. Altura e largura variáveis, conforme local de instalação. Correntes com puxadores para abrir a cortina, quando solicitado.	610451	M²	800	109,25	87.400,00
8	Fornecimento e instalação de trilho suíço triplo. Retirada de trilho existente, se necessário. Especificação: Alumínio anodizado alongado, 7 cm de largura, 5 cm de altura com 4 corredores.	288335	M	400	54,50	21.800,00
9	Remoção, limpeza, manutenção e reinstalação de persianas verticais do tipo descrito no item 1.	9954	M²	500	63,33	31.665,00
10	Remoção, limpeza, manutenção e reinstalação de persianas rolo do tipo descrito nos itens 2 e 3.	9954	M²	700	65,00	45.500,00
11	Remoção, limpeza e reinstalação de cortina de linho do tipo descrito no item 6.	9954	M²	400	65,00	26.000,00
12	Remoção, limpeza e reinstalação de cortina blackout do tipo descrito no item 7.	9954	M²	400	65,00	26.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 780.934,25	

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando a necessidade de padronizar o fornecimento e serviços prestados, houve o agrupamento dos itens 1 a 12 (Grupo 1). Assim, o objeto não será parcelado, uma vez que todos os materiais e serviços a serem prestados são componentes de uma única solução, a qual não pode ser desmembrada sem que haja perda de produtividade e economia de escala, já que a especificidade do objeto demanda um tratamento que inviabiliza a realização de suas etapas por diferentes licitantes. De acordo com o § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

9.2. A contratação conjunta de cortinas e persianas visa otimizar recursos e reduzir custos operacionais e administrativos. A separação desses itens em contratos distintos, sem justificativa técnica plausível, contraria esse princípio ao gerar ônus desnecessário para a administração na gestão e fiscalização de múltiplos contratos, o que implicaria em maior burocracia e consumo de tempo dos servidores.

9.3. Nos termos do art. 37, CRFB de 1988 e do art. 11, da Lei nº 14.133 de 2021, é permitido à Administração Pública a busca por uma contratação eficiente e que atenda ao interesse público. Ao agrupar itens com características semelhantes e que possam ser fornecidos por empresas que atuam em ambos os segmentos (cortinas e persianas), a Administração está respeitando o princípio da economicidade e buscando o melhor uso dos recursos públicos.

9.4. A formação de grupos de fornecimento de itens semelhantes em um único certame não constitui irregularidade, desde que essa prática seja justificada tecnicamente e não restrinja a competitividade.

9.5. Ademais, existe no mercado uma ampla gama de empresas que trabalham com o fornecimento e instalação desses itens em conjunto, não se tratando de fornecedor único ou exclusivo, conforme pesquisa orçamentária presente no processo licitatório com o atendimento do mínimo exigido para contratações, conforme atestado via orçamentação de três empresas.

9.6. A separação de itens acarretaria a possibilidade de duas empresas fornecendo itens da mesma natureza, implicando em ônus para a administração na gestão e fiscalização de dois contratos, sem justificativa técnica para tal. Manutenção de prática contratual vigente, sem identificação de irregularidades nos processos, conforme parecer jurídico presente.

9.7. A Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 reforça a necessidade de planejamento eficiente das aquisições e contratações públicas, incluindo a consolidação de itens sempre que possível, visando a otimização dos recursos administrativos. Ao manter a prática contratual vigente, a Administração atende às diretrizes de planejamento estratégico, otimizando processos e recursos.

9.8. Conforme mencionado, a gestão de múltiplos contratos para itens semelhantes (cortinas e persianas) poderia gerar maiores custos e ineficiências operacionais para o ente público. Em contratações públicas, é necessário evitar o fracionamento injustificado, como previsto na Lei nº 14.133 de 2021, que trata do fracionamento de despesas. A agregação desses itens em um único contrato evita qualquer irregularidade relacionada ao fracionamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes da almejada contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O fornecimento dos materiais descritos no objeto visa atender as demandas previstas em decorrência de novas instalações e/ou adequações que ocorram para as melhorias de ambientes, tais como as alterações de layout das salas e as substituições de materiais existentes que se danificam ao longo do tempo e que não sejam possíveis de ser reparados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Será necessário o planejamento para liberação de áreas onde serão executados os serviços, necessitando de apoio das unidades de logística e de infraestrutura.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Visando minimizar os possíveis impactos ambientais que poderão advir da presente contratação, deverão ser observadas todas as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em todas as fases do procedimento administrativo. Dentre as recomendações observar-se-á, no que couber, os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010.

14.2. A comprovação da observância aos critérios registrados poderá ser feita mediante apresentação de certificado emitido por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o material fornecido cumpre as exigências elencadas no Termo de Referência.

14.3. Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados para a execução de serviços.

14.4. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todos os aspectos já mencionados, avalia-se que a aquisição atenderá a Administração de forma satisfatória, portanto sendo viável. Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presente estudo segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATA VALVERDE DE ARAUJO

Agente de Compra



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 16:48:00.

HELAINÉ COUTINHO CARDOSO

Integrante da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 16:36:05.

ALEXANDRE CESAR AVELINO FEITOSA

Integrante da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 06/02/2026 às 15:55:04.